

Livramento Holding S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Livramento Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livramento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade operacional

Em razão dos fatos apresentados na nota explicativa nº 1, a Companhia apresenta perdas contínuas em suas operações e capital de giro e patrimônio líquido negativos. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descritos na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Florianópolis, 10 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo						Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	55	421	2.389	5.487	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	112.964	10.730
Contas a receber	6	-	-	1.724	1.194	Contas a pagar de fornecedores	13	104	147	914	7.605
Impostos a recuperar		-	65	5.572	9.150	Obrigações fiscais		3	7	12	363
Seguros a receber	7	-	-	38.983	-	Obrigações trabalhistas		10	145	10	145
Despesas pagas antecipadamente		-	-	525	-	Ações preferenciais resgatáveis	14	109.000	109.000	109.000	109.000
Outras contas a receber		192	127	568	1.098	Provisões passivas	15	-	-	15.511	929
Total do ativo circulante		247	613	49.761	16.929	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	17.b	-	-	43.340	24.026
						Multa e Lastro regulatório - CCEE	17 e 21	-	-	10.281	-
Impostos a recuperar		73	-	518	-	Outras contas a pagar		101	101	101	101
Fundos vinculados	8	-	-	1.903	5.221	Total do passivo circulante		109.218	109.400	292.133	152.899
Outras contas a receber		279	446	279	446	Provisão para perdas sobre investimento	10	193.577	92.126	-	-
Tributos diferidos	22	-	-	18	1.772	Adiantamento para futuro aumento de capital	9	173.860	73.500	173.860	73.500
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	9	1.535	278	-	-	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	17.b	-	-	34.626	6.529
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	167.968	69.258	-	-	Provisão de custos de atraso no início da operação		-	-	10.515	10.515
Participação em controladas	10	-	27.528	-	-	Empréstimos e Financiamentos	12	-	-	44.099	148.388
Imobilizado	11	229	246	196.430	190.806	Total do passivo não circulante		367.437	165.626	263.100	238.932
Total do ativo não circulante		170.084	97.756	199.148	198.245	Patrimônio Líquido negativo	16				
						Capital social		131.959	131.959	131.959	131.959
Impostos a recuperar		-	-	-	-	Prejuízo acumulado		(438.283)	(308.616)	(438.283)	(308.616)
Total do ativo		170.331	98.369	248.909	215.174	Total do patrimônio líquido negativo		(306.324)	(176.657)	(306.324)	(176.657)
						Total do passivo e patrimônio líquido		170.331	98.369	248.909	215.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	17	-	-	9.739	12.176
Custo de operação	18	(498)	-	(21.533)	(49.128)
Resultado bruto		(498)	-	(11.794)	(36.952)
Despesas operacionais					
Pessoal e administradores		-	-	(175)	(31)
Material		(3)	(20)	(4)	(21)
Serviços de terceiros	19	(15)	-	(446)	(368)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(14)	(19)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(27.528)	(116.623)	-	-
Reversão de perda com investimentos	10	50.292	-	-	-
Provisão para perda com investimentos	10	(151.743)	(92.126)	-	-
Impairment	11	-	-	64.069	(64.069)
Perdas sobre desativações - Equipamentos obsoletos	11	-	-	-	-
Provisão para perda	11	(161)	(74.681)	(161)	(94.668)
Depreciação	11	(24)	(31)	(24)	(31)
Outros	20	-	-	(6)	(2)
Prejuízo operacional bruto		(129.680)	(283.481)	51.445	(196.161)
Receitas financeiras	21	13	126	359	622
Despesas financeiras	21	-	(17)	(17.924)	(4.898)
		13	109	(17.565)	(4.276)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(129.667)	(283.372)	33.880	(200.437)
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos		-	-	(1.754)	(10.951)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(14)	-	(14)
Resultado líquido das operações continuadas		(129.667)	(283.386)	32.126	(211.402)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	27	-	-	(161.793)	(71.984)
Resultado líquido do exercício		(129.667)	(283.386)	(129.667)	(283.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo do exercício	<u>(129.667)</u>	<u>(283.386)</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(129.667)</u></u>	<u><u>(283.386)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>131.959</u>	<u>(25.230)</u>	<u>106.729</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(283.386)</u>	<u>(283.386)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>131.959</u>	<u>(308.616)</u>	<u>(176.657)</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(129.667)</u>	<u>(129.667)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>131.959</u>	<u>(438.283)</u>	<u>(306.324)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa proveniente das operações					
Resultado do exercício		(129.667)	(283.386)	(129.667)	(283.386)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Custo de captação do empréstimo		-	-	91	46
Depreciação	11	24	31	3.728	5.507
Encargos s/ empréstimo	12	-	-	10.649	4.402
Provisão para perda	11	161	74.681	6.569	94.668
Provisão para ganho s/ investimentos	10	(50.292)	-	-	-
Provisão para perda s/ investimentos	10	151.743	92.126	-	-
Impairment	11	-	-	(71.507)	71.507
Perdas de desativações	10	-	-	104.376	-
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	17.b	-	-	47.411	41.071
Seguro a receber	7	-	-	(3.664)	-
Impostos diferidos		-	14	1.754	10.965
Resultado de equivalência patrimonial		27.528	116.623	-	-
		(503)	89	(30.260)	(55.220)
Redução (aumento) nos ativos:					
Impostos a recuperar		(8)	(19)	3.060	(5.637)
Contas a receber		-	-	(530)	1.383
Despesas pagas antecipadamente		-	-	(525)	-
Outras contas a receber		(65)	(67)	530	(364)
		(73)	(86)	2.535	(4.618)
Aumento (redução) nos passivos:					
Multa e Lastro regulatório - CCEE		-	-	10.281	-
Contas a pagar a fornecedores		(43)	35	(6.691)	(9.618)
Obrigações fiscais		(4)	(44)	(351)	(74)
Obrigações trabalhistas		(135)	55	(135)	55
Provisões passivas		-	-	14.582	(4.899)
		(182)	46	17.686	(14.536)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais					
		(758)	49	(10.039)	(74.374)
Juros pagos					
Juros pagos	12	-	-	(8.058)	(5.734)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	(6)	-	-
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais					
		(758)	43	(18.097)	(80.108)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos					
Investimentos em controladas		-	(59.006)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(98.710)	(37.849)	-	-
Adições ao ativo imobilizado		(168)	(31.679)	(81.829)	(41.357)
Baixas do ativo imobilizado		-	-	-	3.268
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento					
		(98.878)	(128.534)	(81.829)	(38.089)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Pagamento empréstimos - principal	12	-	-	(6.744)	(5.191)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		100.360	73.500	100.360	73.500
Operações com partes relacionadas		(1.090)	(589)	167	(311)
Ingressos de capital - ações preferenciais resgatáveis		-	27.733	-	27.733
Fundos Vinculados		-	-	3.318	(5.221)
Custos de captação de empréstimos	12	-	-	(273)	(9)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento					
		99.270	100.644	96.828	90.501
Redução no caixa e equivalentes					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(366)	(27.847)	(3.098)	(27.696)
		421	28.268	5.487	33.183
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		55	421	2.389	5.487

Os efeitos não caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 26.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 78 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPE) foram constituídas pelos sócios para se estabelecerem como Produtoras Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Os resultados operacionais negativos nos exercícios de 2015 e 2014 são consequência do não cumprimento, pela Wind Power Energy (“WPE”), empresa contratada para fornecimento e operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, dos prazos programados para entrada dos parques em operação comercial, obrigando as eólicas a comprarem energia no mercado livre para cumprirem suas obrigações contratuais negociadas formalmente no Leilão A-3 de 2011.

Em 05 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram 8 aerogeradores.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Em face dessa situação, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL um pedido de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido.

As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 a central eólica encontra-se em operação comercial.

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

Sinistro ocorrido no parque eólico

Em 31 de dezembro de 2015 as operações de todas as centrais geradoras eólicas estão paralisadas, exceto Eólica Ibirapuitã, em virtude da paralização das atividades de O&M pela WPE e do acidente ocorrido no dia 20 de dezembro de 2014, onde foi registrada a queda de oito aerogeradores do complexo.

As estruturas sofreram queda pelo forte impacto de rajadas de ventos derivadas de um fenômeno meteorológico raro chamado de microexplosão.

A Companhia comunicou o acidente à ANEEL e a seus clientes, uma vez que o evento também se caracteriza como evento de caso fortuito ou força maior, e solicitou a suspensão dos contratos de venda de energia. Da mesma forma a ANEEL ainda não se manifestou sobre o pedido.

Adicionalmente, a Companhia acionou o seu seguro operacional, como cobertura de danos materiais e lucros cessantes para indenização das perdas incorridas pela ocorrência do sinistro. O processo de regulação do sinistro foi finalizado e as seguradas firmaram acordo com a seguradora sobre o valor e prazo para pagamento da indenização. (vide nota explicativa 28b)

Os recursos necessários para a construção do complexo eólico da Livramento Holding S.A. foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 108.971 (R\$ 242.372 consolidado), principalmente devido ao registro no passivo circulante das ações preferenciais resgatáveis no montante de R\$109.000, a reclassificação dos empréstimos e financiamentos para o circulante (vide nota explicativa nº 12) e as provisões para ressarcimento dos contratos de CCEAR (vide nota explicativa nº 17).

Com base nos fatos acima descritos, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração da Companhia designou a diretoria para contratar assessoria jurídica, visando efetuar as seguintes ações para os parques eólicos de Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindades, como segue:

- Rescisão dos contratos de CCEAR, em virtude de ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- Pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em virtude da falência da Wind Power Energia S.A. (Impsa) e do acidente climático;
- Verificar a possibilidade de manutenção da outorga com afastamento das penalidades que possam ser aplicadas com a rescisão dos contratos de CCEAR.

Tal decisão resultaram nos seguintes efeitos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015:

- Baixa do imobilizado desses parques como perda no resultado de 2015 (vide nota explicativa nº 11 e nº 27);
- Provisão da multa contratual para rescisão dos contratos de CCEAR, conforme formula prevista nos contratos de CCEARS;
- Reclassificação dos saldos de empréstimos e financiamentos desses projetos para o passivo circulante.

Como resultado o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas, vide nota explicativa nº 27.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou as controladas da Companhia, a estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade Instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela diretoria executiva em 10 de março de 2016.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “caixa e equivalentes de caixa”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Abaixo segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

f. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de autorização.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base na opção tributária de cada empresa do Grupo (lucro presumido ou lucro real).

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% de presunção para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Contas correntes bancárias	2	107	1.855	294
Aplicações financeiras	<u>53</u>	<u>314</u>	<u>534</u>	<u>5.193</u>
	<u>55</u>	<u>421</u>	<u>2.389</u>	<u>5.487</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) emitidos em banco de primeira linha, cujos rendimentos equivalem a 100% do CDI.

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa na demonstração do fluxo de caixa.

6 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Concessionárias e permissionárias	25	7
Energia Elétrica de Curto Prazo	576	73
Provisão de venda de energia	<u>1.123</u>	<u>1.114</u>
	<u>1.724</u>	<u>1.194</u>

O saldo do Contas a Receber refere-se a venda de energia referente ao Leilão A-3, conforme contratos firmados junto à CCEE no Ambiente de Contratação Regulado. Os valores são recebidos no mês subsequente ao faturamento, não existindo parcelas em atraso na data desta revisão.

7 Seguros a receber

Com o sinistro ocorrido no final de 2014, há a expectativa por parte da administração de que a seguradora irá indenizar os montantes referente aos lucros cessantes do período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015 e os danos materiais incorridos nos parques. Os valores dos lucros cessantes foram reconhecidos mensalmente até o final do exercício de 2015, conforme previsto na apólice de seguros.

		<u>Consolidado</u>	
		31.12.2015	31.12.2014
Eólica Cerro Chato IV S.A	Lucros Cessantes	916	-
Eólica Cerro Chato V S.A	Lucros Cessantes	916	-
Eólica Cerro Chato VI S.A	Lucros Cessantes	458	-
Eólica Cerro dos Trindade S.A	Lucros Cessantes	1.373	-
Eólica Cerro Chato IV S.A	Danos Materiais	8.840	-
Eólica Cerro Chato V S.A	Danos Materiais	8.840	-
Eólica Cerro Chato VI S.A	Danos Materiais	4.405	-
Eólica Cerro dos Trindade S.A	Danos Materiais	<u>13.235</u>	<u>-</u>
	Lucros Cessantes	3.663	-
	Danos Materiais	<u>35.320</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>38.983</u></u>	<u><u>-</u></u>

8 Fundos vinculados

		<u>Consolidado</u>	
		31.12.2015	31.12.2014
Aplicação Bradesco Referenciado DI		<u>1.903</u>	<u>5.221</u>
		<u><u>1.903</u></u>	<u><u>5.221</u></u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Esta aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota 12). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

9 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 273 (R\$ 240 em 2014), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

Parte relacionada	Natureza	Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014
Eólica Cerro Chato IV S.A	Despesas a reembolsar	302	45
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	333	46
Eólica Cerro Chato VI S.A	Despesas a reembolsar	117	93
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	194	1
Eólica Ibirapuitã S.A	Despesas a reembolsar	589	93
Total ativo		<u>1.535</u>	<u>278</u>

Parte relacionada	Natureza	Controladora e Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014
Santa Vitória do Palmar Holding S.A	Despesas a reembolsar	66	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A	AFAC	173.860	73.500
Total passivo		<u>173.926</u>	<u>73.500</u>

10 Participação em empresas controladas

Em 08 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas, Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
31.12.2015					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo Total	18.744	20.392	25.612	21.895	161.438
Passivo Total	41.800	45.656	122.695	32.725	198.782
Patrimônio líquido	5.920	12.716	(4.490)	8.892	(87.636)
Resultado do exercício	(28.976)	(37.980)	(92.593)	(19.722)	50.292

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Cerro Chato IV(a)	Cerro Chato V(a)	Cerro Chato VI(a)	Cerro dos Trindade (a)	Ibirapuitã (a)	Total
Saldos em 31.12.2014	5.920	12.716	-	8.892	-	27.528
Equivalência patrimonial	<u>(5.920)</u>	<u>(12.716)</u>	<u>-</u>	<u>(8.892)</u>	<u>-</u>	<u>(27.528)</u>
Saldo do ativo em 31.12.2015	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Cerro Chato IV(a)	Cerro Chato V(a)	Cerro Chato VI(a)	Cerro dos Trindade (a)	Ibirapuitã (a)	Total
Saldos em 31.12.2014	-	-	(4.490)	-	(87.636)	(92.126)
Perdas sobre investimentos	(23.056)	(25.264)	(92.593)	(10.830)	-	(151.743)
Reversão de perda	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.292</u>	<u>50.292</u>
Saldo do passivo em 31.12.2015	<u>(23.056)</u>	<u>(25.264)</u>	<u>(97.083)</u>	<u>(10.830)</u>	<u>(37.344)</u>	<u>(193.577)</u>

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2015	31/12/2014
Eólica Cerro Chato IV S.A	2.700	634
Eólica Cerro Chato V S.A.	1.330	380
Eólica Cerro Chato VI S.A	29.198	25.108
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	1.561	230
Eólica Ibirapuitã S.A	133.179	42.906
	<u>167.968</u>	<u>69.258</u>

11 Imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Em serviço				
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	25.839	17.495
Máquinas e equipamentos	-	-	154.921	163.028
Intangíveis	-	-	476	142
(-) Depreciação acumulada - Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	(1.031)	(355)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	-	-	(3.321)	(5.004)
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	-	15.282	5.314
Intangíveis	-	-	226	226
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	-	-	(304)	(116)
Administração				
Máquinas e equipamentos	130	130	130	130
Móveis e Utensílios	25	22	23	22
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	(51)	(29)	(50)	(29)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e Utensílios	(3)	(2)	(3)	(2)
Em curso				
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	9.621
Máquinas e equipamentos	-	-	10	24.300
Adiantamento a fornecedores (a)		74.761	101.362	110.797
Material em depósito			4.025	-
A ratear (b)	47	45	55	12.425
Estudos e projetos	-	-	21	101
Sistema de transmissão e conexão				
Intangível	-	-	-	326
Máquinas e equipamentos	-	-	-	5.179
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	8.949
Adiantamento a fornecedores (a)	74.922	-	3	3.822
A ratear (b)	-	-	-	26
Administração				
Móveis e Utensílios			3	-
A ratear (b)			-	584
(-) Provisão para perda (a)	(74.841)	(74.681)	(101.237)	(94.668)
(-) Impairment (c)		-	-	(71.507)
	<u>229</u>	<u>246</u>	<u>196.430</u>	<u>190.806</u>

a. Adiantamentos a fornecedores

Controladora

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas Controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A., tratando dos seguintes assuntos:

- A Wind Power reconheceu a multa por atraso na entrada em operação do Projeto Livramento no valor de R\$17.077. Foi estabelecida a realização de pagamentos adicionais de até R\$65.000, visando a conclusão do Projeto Livramento. Ficou estabelecido que, em caso de não conclusão do Projeto Livramento em 2014, a Wind Power reembolsará a Livramento por todos os custos referentes à compra de lastro de energia para cumprimento de suas obrigações contratuais.

O montante de R\$ 101.237 em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao total do crédito que a Companhia possui junto a Wind Power.

Como forma de pagamento das obrigações assumidas com a Livramento e a Chuí (empresa coligada), a Wind Power se comprometeu, de forma irrevogável e irretroatável, a entregar 17 conjuntos aerogeradores de 2MW cada um, aptos a operar até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

Como garantias ao cumprimento das obrigações, a Wind Power se obrigou a:

- Efetuar depósitos sucessivos em conta de movimentação restrita e vinculada, até o valor de R\$160.000.
- Contratar aerogeradores;
- Emitir nota promissória no valor de R\$63.139, com vencimento em 1º de janeiro de 2016.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações acima descritas por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral do crédito que possui junto a Wind Power.

Consolidado

Refere-se aos adiantamentos efetuados aos fornecedores Wind Power Energia S.A., Efacec do Brasil S.A., ABB Ltda. e WEG S.A., com os quais a Companhia e suas controladas possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos Parques Eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Provisão para perdas - Impairment

Em 2014 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado (Impairment) no valor de R\$ 71.507, em virtude dos atrasos na entrada em operação dos parques eólicos. Esta provisão foi contabilizada na demonstração do resultado do exercício, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O impairment do ativo imobilizado foi calculado com base em uma avaliação econômica efetuada, através do método de fluxo de caixa descontado, segregado por Unidade Geradora de Caixa - UGC, onde cada SPE foi considerada como uma Unidade Geradora de Caixa. Para as futuras entradas e saídas de caixa decorrentes do uso dos ativos até o final do prazo de concessão aplicou-se uma taxa de desconto adequada para trazer esse fluxo a valor presente.

Em 2015 foram estornadas as provisões de Impairment conforme a revisão das projeções de resultados na Ibirapuitã e constituição das perdas dos equipamentos obsoletos em decorrência do sinistro dos demais parques, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 27 - Operações Descontinuadas”, item c.

Abaixo segue a movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2015:

Em serviço	Saldo em 31.12.2014	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação	Capitalização Encargos	Provisões para Perdas	Saldos em 31.12.2015
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.140	-	8.345	-	(677)	-	-	24.808
Máquinas e equipamentos	158.024	-	128.421	(132.050)	(2.795)	-	-	151.600
Intangível	142	-	334	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	226	-	-	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	5.198	-	12.649	(2.637)	(232)	-	-	14.978
Administração								
Máquinas e equipamentos	101	-	-	-	(21)	-	-	80
Móveis e Utensílios	20	3	-	-	(3)	-	-	20
Em curso								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.621	870	(9.287)	(1.204)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	24.300	53.380	(77.373)	(297)	-	-	-	10
Adiantamento a fornecedores	110.797	24.995	(34.430)	-	-	-	-	101.362
Material de depósito	-	2.817	1.208	-	-	-	-	4.025
A ratear	12.425	1.003	(14.767)	(886)	-	2.280	-	55
Estudos e projetos	101	41	(121)	-	-	-	-	21
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	326	-	(321)	(5)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.179	232	(5.411)	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.949	(2.344)	(3.882)	(2.723)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	3.822	954	(4.720)	(53)	-	-	-	3
A ratear	26	-	(26)	-	-	-	-	-
Administração								
Móveis e utensílios	-	3	-	-	-	-	-	3
A ratear	584	35	(619)	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perda	(94.668)	-	-	-	-	-	(6.569)	(101.237)
(-) Impairment	(71.507)	-	-	-	-	-	71.507	-
	<u>190.806</u>	<u>81.989</u>	<u>-</u>	<u>(139.855)</u>	<u>(3.728)</u>	<u>2.280</u>	<u>64.938</u>	<u>196.430</u>

Livramento Holding S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015

	Saldo em 31.12.2013	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Capitalização Encargos	Provisões para Perdas	Saldos em 31.12.2014
Em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	17.495	(355)	-	-	17.140
Máquinas e equipamentos	-	-	-	163.029	(5.005)	-	-	158.024
Intangível	-	-	-	142	-	-	-	142
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	-	-	-	226	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	-	-	-	5.314	(116)	-	-	5.198
Administração								
Máquinas e equipamentos	-	57	-	73	(29)	-	-	101
Móveis e Utensílios	-	1	-	21	(2)	-	-	20
Em curso								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.916	358	-	(20.653)	-	-	-	9.621
Máquinas e equipamentos	104.609	7.780	(6.978)	(81.111)	-	-	-	24.300
Adiantamento a fornecedores	107.062	40.780	-	(37.045)	-	-	-	110.797
A ratear	20.345	5.310	-	(20.287)	-	7.057	-	12.425
Estudos e projetos	177	106	-	(182)	-	-	-	101
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	887	28	-	(589)	-	-	-	326
Máquinas e equipamentos	12.712	2.157	-	(9.690)	-	-	-	5.179
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.425	-	-	(15.476)	-	-	-	8.949
Adiantamento a fornecedores	3.837	-	-	(15)	-	-	-	3.822
A ratear	117	-	-	(91)	-	-	-	26
Administração								
Móveis e utensílios	86	8	-	(94)	-	-	-	-
A ratear	1.289	362	-	(1.067)	-	-	-	584
(-) Provisão para perda	-	-	-	-	-	-	(94.668)	(94.668)
(-) Impairment	-	-	-	-	-	-	(71.507)	(71.507)
	<u>305.462</u>	<u>56.947</u>	<u>(6.978)</u>	<u>-</u>	<u>(5.507)</u>	<u>7.057</u>	<u>(166.175)</u>	<u>190.806</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Em 2015 foram capitalizados os juros no valor de R\$2.280 (R\$7.057 em 31 de dezembro de 2014).

12 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
BNDES - Principal	158.109	160.041
BNDES - Encargos	553	494
BNDES - Custos de captação	(1.599)	(1.417)
	<u>157.063</u>	<u>159.118</u>
Circulante	112.964	10.730
Não circulante	44.099	148.388

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Circulante		
Saldo início do exercício	<u>10.730</u>	<u>4.886</u>
Transferências do não circulante	116.945	10.940
Encargos	-	5.783
Amortização do custo de captação do empréstimo	91	46
Amortizações (juros e principal)	<u>(14.802)</u>	<u>(10.925)</u>
Saldo no final do exercício	<u>112.964</u>	<u>10.730</u>
Não circulante		
Saldo início do exercício	<u>148.388</u>	<u>153.661</u>
Encargos	12.929	5.676
Custo de captação do empréstimo	(273)	(9)
Transferências para o circulante	<u>(116.945)</u>	<u>(10.940)</u>
Saldo no final do exercício	<u>44.099</u>	<u>148.388</u>
	<u>157.063</u>	<u>159.118</u>

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R\$187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação).

No dia 14 de janeiro de 2013, a Companhia liquidou o empréstimo ponte existente com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), utilizando a primeira parcela do financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 89.260.

Em junho de 2013, o BNDES liberou a Companhia a segunda parcela do financiamento, no montante bruto de R\$ 61.976. Deste valor, foi descontado o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1%, conforme cláusula quinta do contrato, no montante de R\$ 193.

Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: Principal e juros - mensais a partir de julho de 2014.

b. Garantias

- (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos;
- (b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas;
- (c) Recebíveis e conta reserva; e

Compromisso contratual (covenant)

O *covenant* do financiamento é exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ ao final do exercício. Devido ao atraso no início da operação, o índice de cobertura da dívida em 2015 não foi atingido para as eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, dessa forma, os saldos desses empréstimos foram reclassificados para o passivo circulante.

13 Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Encargos do Uso de Transmissão - TUSD	324	310
Cotesa Engenharia Ltda.	-	347
KPMG Auditores Independentes	27	-
ABB Ltda.	3	3
Hidrobrasil Amb. Ser de A. P e D de Aço	-	32
Eletrosul Centrais Elétricas S.A	120	10
Efacec do Brasil Ltda	21	1.066
Electra Comercializadora de Energia Ltda	-	286
Dressler Associados Contabilidade e Finanças	30	-
Delta Comercializadora de Energia	12	3.123
Cremer S.A. (Recebimento a maior)	-	188
Comercializadora de energia elétrica	-	1.010
Electro Eletricidade e Serviços Ltda.	-	190
L.A Cruz ME	-	80
Pavibra Engenharia Ltda.	-	33
Klamt & Klamt Ltda.	-	29
Geoenergy Engenharia e Serviços Ltda.	-	62
Weg Equipamentos Elétricos S.A	1	-
Safira Administração e Comercialização de Energia Ltda.	-	585
Provisão de compra de energia	239	-
Silvio Pino Valente	25	-
Solfin Investimentos Ltda.	24	-
Fundação de apoio a universidade federal	14	-
Outros	74	251
	914	7.605

O saldo de Fornecedores refere-se aos gastos com a construção dos Parques Eólicos das controladas e a compra de energia elétrica para revenda. Conforme, descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas possuem contrato de empreitada integral com os fornecedores Efacec do Brasil Ltda. e WEG.

Em 2015, foram firmados contratos com a Delta Comercializadora, Diferencial Comercializadora e as SPEs de Livramento, para compra e venda de energia elétrica incentivada de curto prazo.

14 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a 109.000.000 (mesmo valor em 2014) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de assembleia geral extraordinária realizada em 25 de junho de 2013, 04 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, as mesmas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento que a empresa gerar lucros. A apresentação desse instrumento está de acordo com o previsto no CPC 39, que define a apresentação de ações preferenciais com as características acima como passivo financeiro.

15 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2015</u>
Meio Ambiente	12
Gerenciamento	106
LT+SE	220
Equipamentos Importados	113
Engenharia do Proprietário	352
Obras Civis	22
Materiais	172
Serviços	66
Instalações e Montagens	199
Aerogeradores	<u>13.332</u>
	<u>15.511</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

	31.12.2015 e 31.12.2014		
	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.660.000	49%	64.660
Fundação Eletrosul - ELOS	13.196.000	10%	13.196
Rio Bravo Energia I	54.103.000	41%	54.103
	<u>131.959.000</u>	<u>100%</u>	<u>131.959</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as 131.959.112 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país. Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme nota explicativa nº 14.

Segue quadro com as informações consolidadas:

	Consolidado e Controladora			
	PL	%	PL e Ações Resgatáveis	%
Eletrosul	64.659.965	49,00%	126.569.965	52,53%
ELOS	13.195.911	10,00%	15.595.911	6,47%
Fundo de Inv Privado Rio Bravo	54.103.236	41,00%	98.793.236	41,00%
	<u>131.959.112</u>	<u>100,00%</u>	<u>240.959.112</u>	<u>100,00%</u>

Conforme Estatuto Social, o Capital autorizado da Companhia é de R\$161.959 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do Capital Social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações, de acordo com ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

17 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Receita Operacional bruta		
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	1.462	-
Receita de venda de energia	4.441	12.967
Receita de venda de energia - RN 595 (a)	4.202	-
(-) Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR(b)	(44)	-
Reversão do Ressarcimento por geração reduzida	509	
Deduções da receita bruta		
PIS	(148)	(141)
COFINS	(683)	(650)
	<u>9.739</u>	<u>12.176</u>

- (a) A resolução normativa nº 595 de 17 de dezembro de 2013, estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia. Com base nas previsões desta normativa, a empresa constituiu um passivo a ser liquidado no período subsequente.

Com base nas premissas estabelecidas por esta resolução a empresa provisionou as obrigações geradas em decorrência da postergação da entrada em operação das usinas.

- (b) A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o ano foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, por conta de problemas operacionais nos aerogeradores ocorridos neste período.

Devido ao fato supracitado a empresa constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos períodos subsequentes.

18 Custos de operação

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Serviços de terceiros	(974)	(94)
Compra de energia elétrica para revenda	(18.754)	(44.581)
(-)Crédito de Pis/Cofins - compra de energia	1.591	4.120
Encargos de Uso da Rede Elétrica - TUSD	(1.180)	(1.708)
(-)Crédito de Pis/Cofins - TUSD	108	158
Depreciação	(2.165)	-
(-) Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (17.b)	-	(7.014)
Outros	(159)	(9)
	<u>(21.533)</u>	<u>(49.128)</u>

19 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Serviços Administrativos, Contábeis e Financeiros	(101)	(96)
Serviços de auditoria	(52)	(23)
Assessoria Jurídica	(154)	(88)
Serviços de custódia	(1)	(1)
Serviços de assessoria	(88)	(82)
Despesas de viagens	(7)	(10)
Telefone e Internet	(4)	(4)
Publicações legais	(12)	(36)
Passagens	(17)	-
Despesas com cartório	(2)	(9)
Outros	(8)	(19)
	<u>(446)</u>	<u>(368)</u>

20 Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Impostos e taxas	(10)	(2)
Outros	(4)	-
	<u>(6)</u>	<u>-</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Receita de multa e juros	-	-	10	-
Rendimentos de aplicação financeira	13	126	349	622
Receitas financeiras	<u>13</u>	<u>126</u>	<u>359</u>	<u>622</u>
Multa contratual CCEE (a)	-	-	(6.110)	-
Despesas bancárias	-	(17)	(21)	(80)
Multa s/ financiamento BNDES	-	-	(277)	-
IOF	-	-	(1)	(27)
Juros e multas de mora	-	-	(72)	(66)
Encargos s/ financiamento	-	-	(10.650)	(4.725)
Despesas com financiamento	-	-	(720)	-
Tarifa Prestação Fiança	-	-	(18)	-
Outros	-	-	(55)	-
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>(17.924)</u>	<u>(4.898)</u>
	<u>13</u>	<u>109</u>	<u>(17.565)</u>	<u>(4.276)</u>

- (a) Multa referente a descontinuidade dos parques Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, prevista nos contratos de CCEAR.

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2013, a companhia constituiu o valor de R\$12.724 de imposto de renda e contribuição social diferidos, oriundos de prejuízo fiscal de imposto de renda, e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos serão reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia reduziu este montante para R\$ 18 (R\$ 1.772 em 31 de dezembro de 2014) de imposto de renda e a contribuição social diferidos, devido à redução na projeção de lucros para o período de 2015 a 2019.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui qualquer contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	55	-	421	-
Outras contas a receber	471	-	573	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	104	-	147
Outras contas a pagar	-	101	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000
	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.389	-	5.487	-
Fundos vinculados	1.903	-	5.221	-
Contas a receber de clientes	1.724	-	1.194	-
Outras contas a receber	847	-	1.544	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	157.063	-	159.118
Fornecedores	-	914	-	7.605
Outras contas a pagar	-	101	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram determinados, de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e representam seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como sendo o valor justo, devido a proximidade dos valores.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2015 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2015. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 2015	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI	14,14%	17,68%	21,21%
TJLP	7,90%	9,88%	11,85%

		Consolidado	
		Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo	Saldo em 31.12.2015	Exposição	
Aplicações financeiras	534	CDI	628
Fundos vinculados	1.903	CDI	2.239
			2.307

		Consolidado	
		Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Passivo	Saldo em 31.12.2015	Exposição	
Empréstimos e financiamentos	157.063	TJLP	172.581
			175.675

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela companhia são apresentados na nota nº 12.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

24 Contratos de longo prazo

a. Venda de energia (CCEAR)

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Livramento comercializaram, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) de março de 2014 até fevereiro de 2034, a um preço médio de R\$ 112,04, com data base em agosto 2011 até o reajuste da data presente.

b. Contratos de implantação

A Eólica Ibirapuitã, ainda em fase de construção, firmou em 2014 contrato com a WEG para o fornecimento de aerogeradores.

25 Contingências

Em 2014 e em 2015, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da companhia como de risco remoto de materialização.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Juros capitalizados (a)	-	2.280	-	8.764
Adições ao imobilizado (b)	-	14.582	-	4.418
Desativações (c)	-	139.695	-	-

(a) Efeito não caixa decorrente de imobilização de juros.

(b) Efeito não caixa decorrente das adições de imobilizado não liquidadas.

(c) Baixa parcial do imobilizado em decorrência do sinistro ocorrido em dezembro de 2014.

27 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação dos mesmos para fins estritamente contábeis, após a ANEEL por meio do despacho nº 3.373 de 02 de outubro de 2015 suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras, seguindo o princípio da prudência, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Uma vez que tais segmentos não estavam, anteriormente, classificados como operação descontinuada, a demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para refletir as operações descontinuadas separadas das operações continuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Receita Operacional líquida	583	17.734
Custo da operação		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(6.567)	(37.881)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(43.312)	(33.981)
Serviços de terceiros	(2.821)	(626)
Encargos do uso da Rede Elétrica	(2.367)	(2.801)
Depreciação	(1.539)	(5.476)
Outros	(499)	(265)
Lastro Regulatório	(4.171)	-
	<u>(60.693)</u>	<u>(63.296)</u>
Despesas operacionais		
Pessoal e administradores	(441)	(236)
Material	(1)	-
Serviços de terceiros	(922)	(964)
Arrendamentos e aluguéis	(33)	(42)
Impairment	7.438	(7.438)
Provisão para perda	(6.408)	-
Depreciação	-	-
Outros	(34)	(8)
Perdas sobre desativações - Equipamentos obsoletos e sinistro	(104.375)	-
Outras receitas/despesas operacionais	3.676	-
	<u>(101.100)</u>	<u>(8.688)</u>
	<u>(161.793)</u>	<u>(71.984)</u>

b. Fluxos de caixa provenientes das (utilizado nas) operações descontinuadas

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2015	31.12.2014
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	161.793	71.984

c. Efeito da baixa do ativo imobilizado

	31/12/2015
Perdas por desativação	(139.855)
(-) Venda de sucata	160
Valor do seguro a receber	<u>35.320</u>
Efeito líquido no resultado	<u><u>(104.375)</u></u>

28 Eventos Subsequentes

a. Excludente de responsabilidade

Em 24/02/2016 as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando assim a rescisão desses contratos, sem aplicação de qualquer penalidade ou sanção, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20/12/2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST nº 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUST/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST nº 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

b. Recebimento seguro

Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia assinou o termo de quitação com a Generali Brasil Seguros S.A., referentes ao seguro a receber descrito na nota explicativa nº 7 no montante de R\$38.983. Tais valores foram integralmente recebidos em 03 de fevereiro de 2016, em contas mantidas pelas SPEs junto ao BNDES, e o montante foi utilizado integralmente para amortização do saldo devedor das SPEs com o banco.